



Sim pó s i o L i n g u a g e n s e I d e n t i d a d e s d a / n a A m a z ô n i a S u l - O c i d e n t a
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

“A HISTÓRIA” DA PROVÍNCIA DO AMAZONAS NA OBRA DE LOURENÇO DA SILVA ARAÚJO

Daniel Padilha Pacheco da COSTA¹

1. Introdução autobiográfica

Conheci a região do Médio Solimões durante os quase dois anos em que morei na cidade de Tefé (AM), situada bem no coração da Amazônia sul-americana. Trabalhando como tradutor autônomo, não precisei ficar todo esse tempo fixo nesta que é a última grande cidade da Amazônia brasileira antes da tríplice fronteira. Assim, tive a oportunidade de viajar pela Amazônia brasileira, peruana, boliviana, venezuelana e colombiana nos mais diferentes tipos de embarcações. Também pude subir e descer o rio Solimões e afluentes desde o topo da Cordilheira dos Andes até o delta do Amazonas que, banhado pelo oceano Atlântico, é o desaguadouro das turvas águas trazidas pelo caudaloso rio. Mas como essas viagens jamais tiveram outra motivação a não ser o meu interesse pessoal em conhecer essa “mítica” região do nosso continente, sempre resisti à tentação de escrever sobre elas, como tantos viajantes europeus e americanos (do Norte e do Sul) fizeram desde o início da colonização da América pelos europeus até os novos projetos neodesenvolvimentistas que estão avançando a passos largos em direção ao “Norte” do Brasil.

Mas, atualmente, sou professor de tradução da Universidade Federal de Uberlândia – e é nessa condição que escrevi este trabalho sobre as relações entre saber e poder em discursos patrocinados pelo Instituto Histórico e

¹ Doutor. Professor Adjunto do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); dpccosta@hotmail.com.



Sim pó s i o L i n g u a g e n s e I d e n t i d a d e s d a / n a A m a z ô n i a S u l - O c i d e n t a
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

Geográfico Brasileiro (IHGB) sobre a instalação imperial da “Província do Amazonas” em meados do séc. XIX. Não é apenas o meu objeto de estudo que é constituído pelo entrecruzamento de discursos literários, históricos, geográficos, linguísticos e antropológicos na obra de Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, mas é o meu próprio lugar de enunciação que, a partir da sincronicidade temporal de memórias e imaginações pessoais, nacionais e coletivas, procura reconstituir retrospectivamente a formação de um espaço que é simultaneamente físico, político, cultural e subjetivo. Para me referir a esse entrecruzamento de experiências, discursos, línguas e culturas no meu objeto de estudo e no meu próprio lugar de enunciação, utilizo a palavra “tradução”, entendida em sentido metafórico como “interpretação”: “Compreender é decifrar. Alcançar a significação é traduzir” (STEINER, 2005, Prefácio).

Além desse sentido metafórico de tradução, também a utilizamos em sentido literal, pois a obra de Araújo não deixa de ser uma (re) tradução em sentido próprio – de épicas gregas, de relatos de viagem, de narrativas históricas, etc. Independentemente de terem sido escritos por viajantes estrangeiros ou nacionais, os relatos sobre a Amazônia foram desde o início “traduções” marcadas por olhares que, externos e exteriores, estavam inteiramente comprometidos com diferentes projetos científicos, militares e econômicos de suas regiões e países de origem. Neste trabalho, será analisada a obra do pesquisador do IHGB e capitão-tenente da Armada Lourenço da Silva Araújo e Amazonas, autor do *Diccionario topográfico, histórico e descriptivo da Comarca do Alto Amazonas* (1852) e de *Simá – Romance histórico do Alto-Amazonas* (1857). Da mesma forma que os diversos viajantes europeus e americanos (do Norte e do Sul), esses dois livros realizam uma tradução da Amazônia, entendida a “tradução” em sentido próprio e metafórico. A escrita de Amazonas sobre o surgimento da província do Amazonas se situa no interior de um projeto ideológico nacionalista que,



Sim pó s i o L i n g u a g e n s e I d e n t i d a d e s d a / n a A m a z ô n i a S u l - O c i d e n t a
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

formulado pelo principal instituto científico do Segundo Império – o IHGB –, era definido pela etiqueta “História Nacional”.

Mas essa aparente universalidade contida no conceito moderno de História Nacional como discurso científico escamoteia uma pluralidade de narrativas escritas por uma pluralidade de atores. Neste trabalho, não consideramos a literatura como uma disciplina autônoma que, definida como ficcional, estaria em oposição a disciplinas científicas, como a etnografia. Tendo em vista as especificidades próprias de cada um desses dois livros escritos por Amazonas, procuramos compreender as diferentes formas de tratar a história na obra de Amazonas que, no *Diccionario*, utiliza as convenções do gênero historiográfico, e no “romance histórico”, as convenções do gênero trágico. Embora o *Diccionario* seja essencialmente constituído por um catálogo ou inventário, ele não deixa de ser estruturado por uma narrativa histórica subjacente: a transformação por decreto imperial da Comarca do Alto Amazonas em Província do Amazonas em meados do séc. XIX.

O romance histórico *Simá* é uma narração ficcional da célebre Rebelião de Lamalonga que em meados do séc. XVIII foi duramente esmagada pela armada portuguesa. Nesse sentido, podemos considerar *Simá* como a adaptação literária de um evento histórico a um gênero ficcional – o romance histórico. A definição de *Simá* como “romance histórico” se refere à matéria épica tratada pelo seu autor – a Rebelião de Lamalonga –, como o autor deixa claro ao citar a *Ilíada* e a *Eneida* como modelos literários. Mas *Simá* não constitui uma épica, como essas duas epopeias (destinadas a louvar os feitos heroicos dos gregos e romanos), mas uma tragédia (ARISTÓTELES, 2015, p. 71). Assim, pretendemos mostrar que as duas partes (etnográfica e ficcional) da obra de Amazonas não são independentes entre si, mas inteiramente complementares, pois visam não apenas descrever a “Província do Amazonas” enquanto território político-jurídico do recém-criado “Estado Nacional”, mas também identificá-la anacronicamente aos “brasileiros” que a protegeram



Simposio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional "As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia"

contra "o estrangeiro", segundo o projeto nacionalista promovido pelo IHGB sob o patrocínio do Segundo Império.

2. A criação da Província do Amazonas

A lei imperial n.º 582, de 5 de setembro de 1852, criou a Província do Amazonas no lugar do que, na época, era a Comarca do Alto Amazonas. No mesmo ano, foi publicado pelo Capitão-tenente da Armada Lourenço da Silva Araújo e Amazonas o *Diccionario topográfico, histórico e descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*. No prólogo, o autor afirma que, no momento em que a Província foi criada, o *Diccionario* já havia sido redigido, mas ainda não tinha sido publicado. Mas Amazonas decide não substituir no título e no interior do *Diccionario* as menções à Comarca por Província, por mais fácil que fosse fazê-lo, e isso por dois motivos, ambos de ordem histórica:

Havia tido o propósito de poupar a prolixidade de Prólogos, Advertências, Dedicatórias, etc. O fato porém de aparecer uma obra tratando de Comarca um país, que hoje é uma Província, exige uma explicação, que farei que não seja extensa. Esta obra, como se depreende de sua leitura, já se achava pronta, com o fito de fazer conhecer o país, e assim demonstrar a conveniência de seu atual predicamento. Realizado este antes da publicação, fira com efeito muito fácil agora trocar as guardas, e escrever – Província – onde tem – Comarca –. Se convirá que o tratar de um país montado, como ainda não está, se ressentiria da insipidez; além do quanto perderia a obra de sua originalidade e interesse, deixando de descrevê-lo, como fora prévio propósito. Todos sabem perfeitamente o como deve ser uma Província; entretanto que o como era a Comarca, como sua administração (pois tinha uma excepcional), e qual a conveniência da atual categoria, é o que importa alguma espécie, e foi todo o meu empenho, espero que satisfaça" (AMAZONAS, 1852, Prólogo).

Primeiramente, a menção à recém-criada província do Amazonas induziria o leitor ao erro de pensar que a organização política e institucional daquela região já estava "montada", quando na verdade isso só começaria a ser feito no próprio ano em que o *Diccionario* foi publicado; além disso, o autor considera que a originalidade do seu livro reside precisamente no seu valor



Sim pó s i o L i n g u a g e n s e I d e n t i d a d e s d a / n a A m a z ô n i a S u l - O c i d e n t a
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

histórico, já que, em meados do séc. XIX, todos sabiam o que era uma “Província”, mas não sabiam necessariamente o que era uma “Comarca”.

Assim, a manutenção da referência à Comarca do Alto Amazonas chama a atenção para o fato de que a sua descrição da organização política e institucional da Comarca do Alto Amazonas está interessada em explicar a história daquela região até o presente, sem perder de vista os seus futuros desdobramentos. Desse modo, o *Diccionario* já surge com a intenção historiográfica de descrever a organização política e institucional da Comarca do Alto Amazonas desde a sua criação como Província separada do Pará em 1832. Com efeito, um dos primeiros verbetes do *Diccionario* é justamente a descrição das especificidades da administração de uma Comarca. Mas ele também pretende delimitar “qual a conveniência da categoria atual” (AMAZONAS, 1852, p. 105), tendo em vista as necessidades trazidas pelo período atual. Assim, a reflexão histórica visa oferecer subsídios para estabelecer os novos contornos que a sua administração deverá receber na recém-criada Província.

Dessa perspectiva, o *Diccionario* constitui essencialmente um inventário ou catálogo. Com efeito, ele descreve a hidrografia, as cidades, os minerais, a população, as línguas, o clima, a orografia, a fitologia, a zoologia, a religião, a agricultura, a manipulação, o comércio, a divisão civil, a administração, a força e fortificação, etc. Como afirma Foucault em “*Questions sur la géographie*” (FOUCAULT, 1994, p. 38), o inventário ou catálogo que caracteriza o discurso geográfico só tem interesse enquanto massa de informações passíveis de serem exploradas por um poder. Os relatos dos viajantes europeus desde o início da colonização da América podem ser considerados como um gênero destinado a disponibilizar a massa de informação sobre o Novo Mundo para a sua exploração pelas autoridades coloniais da Metrópole:

Uma pessoa especializada em documentos da época de Luís XIV, consultando a correspondência diplomática do século XVII, se apercebeu de que muitas narrativas, que foram em seguida



Sim pó s i o L i n g u a g e n s e I d e n t i d a d e s d a / n a A m a z ô n i a S u l - O c i d e n t a
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

reproduzidas como narrativas de viajantes e que relatavam um monte de maravilhas, plantas incríveis, animais monstruosos, eram na verdade narrativas codificadas. Eram informações precisas sobre a situação militar do país visitado, os recursos econômicos, os mercados, as riquezas, as possibilidades de relação. De modo que muita gente atribui a ingenuidade tardia de certos naturalistas e geógrafos do século XVIII coisas que na realidade eram informações extraordinariamente precisas, cuja chave parece ter sido descoberta agora (FOUCAULT, 1984, p. 163).

O *Diccionario* visa precisamente descrever as diferentes características físicas, linguísticas, geográficas e etnográficas dessa região estratégica do território jurídico-político do Estado Brasileiro durante o Segundo Império. A Comarca do Alto Amazonas era uma região de fronteira sujeita a intensas disputas territoriais não apenas entre a colônia portuguesa e espanhola, mas também entre essas duas e, por um lado, as colônias inglesas, e, por outro, as colônias holandesas, cuja derrota para os portugueses no nordeste brasileiro explica a presença significativa de frades carmelitas nas missões situadas no Médio Solimões. Embora seja sob essa complexa teia de nações europeias e de comunidades indígenas que o *Diccionario* procure delimitar o território político-jurídico da Província do Amazonas, é sem dúvida a fronteira ocidental com os espanhóis que ocupa a maior parte da sua atenção. Como veremos a seguir, a mesma intenção presente no *Diccionario* de realizar o registro histórico da Comarca está presente no romance histórico, que narra a Rebelião de Lamalonga (1757). O cenário do romance é precisamente a região de fronteira entre as coroas espanhola e portuguesa no Alto Rio Negro, pois a sua narrativa ficcional se concentra especificamente em oferecer um retrato dos conflitos gerados nessa região pelos interesses estratégicos das duas coroas.

3. As ruínas e os lugares da História

Cinco anos depois da publicação do *Diccionario*, Amazonas publicou a sua única obra ficcional, intitulada *Simá – Romance histórico do Alto-Amazonas* (1857). No próprio subtítulo, o autor deixa claro que o cenário do seu “romance



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

histórico” é o mesmo cujas características físicas, linguísticas, geográficas e etnográficas ele analisara em seu *Diccionario*. Embora o cenário dos episódios narrados em *Simá* coincida com o território exaustivamente descrito em seu *Diccionario*, aquela é uma obra ficcional, como a própria palavra “romance” no subtítulo indica. A coincidência topográfica entre as duas obras acentua ainda mais a diferença entre os dois gêneros, cujas funções, estruturas, valores e finalidades são inteiramente distintas. Não devemos esquecer que Amazonas residia na capital do Império à época e, certamente, estava familiarizado com a tendência indianista que se afirmava desde o começo da década entre importantes romancistas e poetas do Romantismo brasileiro. Foi, aliás, no mesmo ano de *Simá* que foi publicado aquele que constitui o mais célebre romance do movimento – *O Guarani* (1857), de José de Alencar.

Apesar do tino demonstrado por Amazonas ao escolher para o seu primeiro romance um tema que estava particularmente em voga na época, *Simá* não gozou nem mesmo de uma ínfima parte do sucesso adquirido por *O Guarani*. O silêncio que acompanhou a publicação de *Simá* é tanto mais surpreende, quando consideramos o profundo conhecimento que o seu autor tinha da Amazônia e da sua história. O mesmo não pode ser dito a respeito do conhecimento que José de Alencar possuía a respeito da costa Atlântica do sudeste brasileiro no início da colonização portuguesa. Mas nem era essa a preocupação de José de Alencar, que de fato se limitou a traduzir do romantismo francês para o brasileiro as tópicas da floresta virgem, do bom selvagem e da natureza como jardim do Éden. Essas tópicas foram em grande medida retiradas da novela *Atala* (1801) e da obra dogmática *Le Génie du Christianisme ou les Beautés poétiques et morales de la Religion chrétienne* (1802), de François-René de Chateaubriand, cuja identificação da figura idealizada do “bom selvagem” ao índio americano produziu grande influência no romantismo francês e brasileiro.

Foi sem dúvida a versão dada por José de Alencar à natureza e ao índio brasileiro que foi consagrada pelo romantismo brasileiro, que elegeu a figura do



Sim pó s i o L i n g u a g e n s e I d e n t i d a d e s d a / n a A m a z ô n i a S u l - O c i d e n t a
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

“nobre índio” Guarani como o mais eloquente representante da identidade nacional brasileira. Designando uma natureza virgem a ser submetida pela Civilização cristã europeia, o índio Guarani passou a ser identificado ao Brasil recém-emancipado. Símbolo do imenso território que, transformado em nação independente, necessitava de um elemento unificador, a figura do bom selvagem Guarani tornou-se um verdadeiro mito nacional. A figura da mameluca Simá se prestava mal a essa construção idealizada, já que desde o início do romance Amazonas descreve a concepção de Simá como o fruto do estupro da sua mãe Delfina, uma índia Manaus, pelo viajante português Régis. Assim, a representação trágica feita por Amazonas da violência envolvida na miscigenação entre brancos e índios na Amazônia não poderia ser mais distante da servidão voluntária do índio Guarani Peri à moralmente superior Cecília, descendente de colonizadores portugueses.

Os dois romances são situados no passado da narração à época da colônia: *O Guarani* se passa em 1604, enquanto que a ação de *Simá* se desenrola em 1757. Além disso, os dois autores escreveram romances baseados numa representação literária de eventos históricos. Finalmente, tanto um quanto o outro se basearam em modelos literários do romantismo francês para estruturar as suas representações ficcionais daqueles eventos históricos. No entanto, há uma diferença essencial entre o lugar da história nos dois romances, pois o primeiro narra parte de um evento histórico para compor uma narrativa inteiramente ficcional sobre o amor entre dois personagens ficcionais, enquanto que o segundo se apresenta desde o início do romance como um historiador do evento de que pretende tratar – a Rebelião de Lamalonga. Ainda que a narrativa do escritor não coincida com o do historiador, já que cada oferece uma perspectiva completamente distinta, o romancista e o historiador partilham da mesma matéria, tendo em vista que é o mesmo evento que é narrado pelos dois. Desde o primeiro capítulo de *Simá*, Amazonas se coloca na posição de historiador ao utilizar a metáfora da “tapera” para se referir à sua relação com a matéria narrada no romance:



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

A antiga perseguição dos muros que aos primeiros estabelecimentos portugueses importou horroroso flagelo, e a praga do carapanã, outro, senão fatal, não menos incômodo, obrigando as povoações e estabelecimentos rurais a contínuas mudanças, ocasionaram as taperas, que em outro tempo se notavam no Amazonas e Solimões; e modernamente a revolução de 1835 motivou outras, em número crescido, quanto indeterminado, assim no grande rio, como em seus afluentes, cuja vista ainda hoje desperta doloríssimas recordações, porquanto de seu objeto se resente a humanidade. Já sabeis pois o que seja “uma tapera”, e como Sant. Pierre possuí, não direi a extravagância, por cortejo a vós; mas toda outra qualquer coisa importe a excentricidade de achar prazer nas ruínas, aí tendes o tema (AMAZONAS, 1857, p. 4).

A tapera designa em língua geral “as ruínas de uma povoação, fazenda, ou casa, invadidas pelo mato” (AMAZONAS, 1957, p. 3). Assim, o narrador faz referência à matéria do romance como um evento passado cujo sentido o historiador procura reconstituir a partir dos elementos de que dispõe no presente. Esses elementos nada mais são do que “ruínas” da história, segundo a tópica utilizada desde os historiadores antigos. É precisamente a visão no presente da narração da tapera de Santa Isabel, no Rio Negro, que servirá de ponto de partida para a reconstituição histórica da Rebelião de Lamalonga, que levou à completa destruição das povoações indígenas de Bararoá, Caboquena e Lamalonga, nas imediações de Santa Isabel no Alto Rio Negro. A seguir, procuraremos definir o modelo literário escolhido pelo autor de *Simá* para narrar a célebre Rebelião de Lamalonga.

4. Conclusão

Amazonas compara ao longo de todo o seu romance a personagem da mameluca Simá com Helena de Tróia, chamando inclusive à primeira pelo epíteto “Helena do Rio Negro” (AMAZONAS, 1857, p. 7). Mas ele não deixa de chamar a atenção para uma diferença significativa entre a personagem das epopeias antigas e a heroína do seu romance, chamadas respectivamente de “a adúltera Helena de Menelau e a virgem inocente de Dari” (AMAZONAS,



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

1857, p. 150). A discussão sobre a culpa ou inocência de Helena de Troia foi ao longo de toda a antiguidade objeto de intensas polêmicas, opondo os defensores e os acusadores de Helena. Houve, inclusive, quem tivesse defendido as duas posições, como o sofista Górgias, cujo *Elogio de Helena* teria sido precedido por uma obra hoje perdida, na qual ele teria acusado Helena não apenas de adultério, mas também de ser responsável pela Guerra de Tróia. Amazonas reteve essa segunda versão sobre a esposa de Menelau: dotada de conteúdo moralizante, essa versão considera que Helena, depois de se apaixonar pelo belo príncipe troiano Páris, fugiu por livre arbítrio com o amante para Tróia.

A castidade atribuída a Simá e a fidelidade atribuída a Dari visam produzir a empatia do leitor pela protagonista do seu romance. A empatia pela casta mameluca e pelo fiel índio Manaus, que Amazonas procura gerar no seu leitor, desempenha um papel importante no romance, já que é graças a essa empatia que a morte do casal de heróis no final do romance produz a catarse trágica. Desse ponto de vista, o autor de *Simá* evita conferir à sua tragédia um conteúdo meramente moralizante, punindo os heróis por um amor culpado e contrário aos preceitos cristãos de união entre os sexos. No romance, a separação impede que o casal de noivos se case, interrompendo um amor casto, segundo as convenções do amor romântico da época. Assim, a catarse trágica produzida pelo romance não deriva de uma punição individual dos heróis, mas de todos os índios Manaus que, deixando-se manipular pelos espanhóis, acabaram sendo massacrados pelos portugueses, identificados anacronicamente aos brasileiros que protegeram a nação contra “o estrangeiro”.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José. **O Guarani**. São Paulo: Saraiva Editora, 2009.



Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental
VIII Colóquio Internacional “As Amazônias, as Áfricas e as Áfricas na Pan-Amazônia”

AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. **Dicionário topográfico, histórico e descritivo da Comarca do Alto Amazonas**. Recife: Tipografia Comercial de Meira Henriques, 1852.

_____. **Simá – Romance histórico do Alto-Amazonas**. Pernambuco: Tipografia de F. C. Lemos e Silva, 1857.

ARISTÓTELES. **Poética**. Trad. Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.

CHATEAUBRIAND, François-René. **Oeuvres Complètes** (Tome XV). Bruxelas: P. J. de Mat., 1827.

FOUCAULT, Michel. “Questions à Michel Foucault sur la géographie”. In. **Dits et écrits III** (1976-1979). Paris: Gallimard, 1994, p. 28-40.

_____. “Sobre a Geografia”. In. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984, p. 153-167.

GÓRGIAS. “Elogio a Elena”, In: **Fragmentos**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1980.

QUEIROZ, Amilton José Freire. **Narrativas em trânsito: literatura, fronteira e lingua(gens) do Alto Amazonas no romance Simá**. Dissertação de Mestrado, UFAC, 2009, mimeo.

QUEIROZ, Amilton José Freire; LIMA, Simone. **Simá: o (não) lugar da ficção amazônica na historiografia do romance brasileiro**. XI Congresso Internacional da ABRALIC, USP, 2008.

JOBIM, Anísio. **O Amazonas, sua História – ensaio antropogeográfico e político**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1957.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. “Apontamentos para a Civilização dos índios bravos do Império do Brasil”. In. **José Bonifácio de Andrada e Silva**, São Paulo: Editora 34, p. 183-199.

STEINER, George. **Depois de babel: Questões de linguagem e tradução**. Curitiba: Editora UFPR, 2005.